

# MULHERES E HOMENS EM SINDICATO DOCENTE: UM ESTUDO DE CASO

MÁRCIA ONDINA VIEIRA FERREIRA

Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas – RS  
marciaof@minerva.ufpel.tche.br

## RESUMO

*O estudo examina a relação entre participação feminina e masculina no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS/Sindicato –, comparando filiação e presença nas diretorias da entidade segundo o sexo, para verificar se nessa entidade a situação das mulheres é diferente da sua situação em outras diretorias de sindicatos de classe, com base composta majoritariamente por homens. Discorre sobre a reduzida participação sociopolítica das mulheres, apresentando, também, números sobre docência e gênero no Brasil. Os resultados indicam inversão da proporcionalidade homens/mulheres na base da categoria em relação às direções da entidade, de tal maneira que, mesmo estando as mulheres bem representadas nesse sindicato, são os homens que ocupam os lugares com maior poder de mando e prestígio, como nas diretorias. Por fim, considerando que a atividade sindical é dominada por um viés masculino, questiona-se se o sindicato estaria tendo condições de acompanhar possíveis modificações na identidade docente, a partir da imagem que tem da categoria.*

**RELAÇÕES DE GÊNERO – SINDICATO DOS PROFESSORES – PROFESSOR**

## ABSTRACT

*MEN AND WOMEN IN AN EDUCATOR'S UNION: A CASE STUDY. This study examines the relationship between male and female participation in the Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS/Sindicato (Center of Educators in the State of Rio Grande do Sul – CPERS/Union), comparing membership and presence in the board of directors according to sex,*

---

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto “Por que os docentes se sindicalizam? Um estudo sobre a participação sindical entre o professorado das escolas públicas estaduais”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – Fapergs –, sob a forma de auxílio recém-doutor, e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Bolsa de Iniciação Científica). Fizeram parte da equipe de pesquisa as professoras Ana Helena Beckenkamp e Josiana Bacele e as acadêmicas do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel – Lencioni Ileni Fischer, Ana Paula Costa dos Reis e Marcele Volcan de Matos. Agradeço, também, aos dirigentes do CPERS/Sindicato, gestão 1999/2002, aos responsáveis, na SEE/RS, pelos departamentos que colaboraram conosco, à professora Guacira Lopes Louro, pelas sugestões a esse texto, e ao professor Álvaro Hypólito.

*to find out whether women's situation in this union is different from those of other class union boards of directors, composed mostly of men. It discusses the small social and political participation of women and shows some figures on educators and gender in Brazil. The findings indicate a men vs. women proportionality inversion in the category base compared to the board of directors, in such a way that, although women are well represented in this union, men are the ones who occupy positions of greater power and prestige, such as the board. Finally, considering the fact that union activity is dominated by a male bias, one wonders whether the union is able to follow the possible changes in educators' identity based on the category image it has.*

*GENDERS RELATIONSHIP – TEACHER TRADE UNIONS – TEACHERS*

## CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVO

Este estudo parte da idéia de que é impossível estudar a docência desvinculada das relações de gênero. De acordo com diversos autores e autoras (Almeida, 1998; Apple, 1987; Nóvoa, 1995), para compreendermos a profissão docente seria preciso entendê-la, primeiro, como uma construção feita à imagem e semelhança do homem. Segundo, seria preciso reconhecer a especificidade de determinadas transformações sociais que vão permitir, gradativamente, o ingresso das mulheres na sala de aula, antes como alunas, depois como docentes.

No Brasil esse fenômeno começa na segunda metade do século XIX quando, utilizando as palavras de Louro, se estabelece um determinado processo de urbanização

...no interior do qual [...] um novo estatuto de escola se instituía. O magistério se tornará, neste contexto, uma atividade permitida e, após muitas polêmicas, indicada para mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de ressignificação; ou seja, o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar. (1998, p.95)

Nesse sentido, certa imagem de docência instaura-se paulatinamente, instituindo a idéia de que o magistério, principalmente na educação básica, é um trabalho de mulheres: aquelas que sabem cuidar, que podem realizar ao mesmo tempo o cuidado na escola e em sua própria casa, e cujo salário é correspondente ao complemento do salário do cabeça da família, necessariamente um homem.

Não interessa, neste momento, argumentar a respeito do ingresso das mulheres na docência a partir de outros focos, por exemplo, o que destaca essa ocupação como lugar de disputa e conquista das mulheres por espaços sociais – argumentação essa plenamente aceitável. De fato, o ingresso das mulheres na profissão constituiu-se em uma das alternativas para que adquirissem outras ocupações que

não o simples trabalho doméstico, ao qual lhes restringira o patriarcado. Gostaria, no entanto, de sublinhar as implicações que decorrem de representações sobre a docência, incluindo a dificuldade, para algumas docentes, de romper com o papel de subserviência nas relações de gênero em seu local de trabalho.

Sobre isso, Costa assinala que

...as representações sobre o trabalho docente, fortemente estabelecidas sobre as conexões entre magistério e feminidade, têm contribuído para situar a carreira em um desprotegido e discriminado patamar social. Paralelamente a isso, os sindicatos e associações de docentes têm articulado suas reivindicações e lutas ainda distanciados dos debates contemporâneos que colocam as políticas de representação como centrais nos movimentos sociais pela afirmação de identidades negadas e/ou pela contestação de identidades estrategicamente instituídas. (1999, p.117)

Tendo essas idéias como pano de fundo, meu objetivo é examinar a relação entre participação feminina e masculina no CPERS/Sindicato, comparando filiação e presença nas diretorias da entidade segundo o sexo, para verificar se nessa entidade a situação das mulheres é diferente da situação em outras diretorias de sindicatos de classe, cuja base é composta majoritariamente por homens. Hipoteticamente, poderíamos imaginar que, no caso de uma categoria cuja base é formada majoritariamente por mulheres, a representação feminina se alterasse. É isso que veremos no transcorrer deste artigo.

## **PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS MULHERES**

Poderíamos utilizar várias abordagens para tratar as relações entre os sexos na educação. Uma delas seria analisar por que, numa ocupação fundamentalmente feminina, os cargos de direção nas instituições educacionais são ocupados, em grande número, por homens (Apple, 1987; Demartini, Antunes, 1993; Fernández Enguita, 1991; Guerrero Serón, 1996; Morgade, 1998). Sobre isso, Guerrero Serón comenta que “a superioridade aritmética feminina se vê neutralizada pela superioridade geométrica masculina” (1996, p.194).

Neste trabalho, quero incorporar a constatação dessa superioridade geométrica masculina e questionar se isso se reflete no caso dos sindicatos docentes. Para tanto, início com análises sobre a presença das mulheres nos sindicatos.

A participação da mulher no meio sindical mantém, como se pode imaginar, relação com o tipo de inserção da mulher no mundo do trabalho. Essa inserção é

caracterizada por situações de desigualdade entre os sexos, de tal maneira que a posição da mulher no âmbito da família se estende, em alguma medida, à sua posição no sistema de produção. Ao trabalhar fora de casa, a mulher não está isenta do trabalho doméstico, assim sendo, são vários os fatores a intervir sobre alternativas profissionais, independentemente das necessidades econômicas:

...o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, como o ciclo de vida – famílias em formação, com filhos pequenos, famílias maduras, filhos adolescentes, famílias mais velhas, etc. [...] – e a estrutura familiar – família conjugal, chefiada por mulher, ampliada, pela presença de outros parentes, etc. (Bruschini, 1996, p. 88)

As opções profissionais para as mulheres são mediadas, portanto, por vários fatores. Muitos deles, associados aos valores culturais sustentados pelo patriarcado, são elementos inibitórios para a participação da mulher nas atividades sindicais.

Alves (1999) enumera alguns desses fatores. Em primeiro lugar, certos tipos de emprego que conseguem as mulheres, caracterizados por instabilidade, informalidade, turno parcial, baixos salários etc. Em segundo lugar, mesmo quando o trabalho se dá no setor formal da economia, a falta de reconhecimento e de perspectiva profissional, bem como a baixa remuneração das mulheres, colaboram para reduzir a participação nos sindicatos, dado que fragmentam o universo profissional. Outro fator seria a dupla jornada de trabalho (o trabalho doméstico realizado na própria casa), que conduziria a não haver tempo real para a participação nas atividades sindicais. “Uma quarta limitação deve-se ao machismo, uma vez que os maridos (ou pais) buscam limitar a participação de suas esposas (ou filhas) no meio sindical, considerado um espaço de atuação não feminino” (p. 97). Por fim, o autor se refere ao domínio das “tecnologias do poder”, isto é, ao fato de que as mulheres não se sentiriam habilitadas a disputar espaços de poder na hora de discursar ou propor-se para determinados cargos, sentindo-se melhor na execução de tarefas.

Cabe lembrar, em segundo lugar, que tal falta de participação não acontece exclusivamente no meio sindical. Já que, historicamente, o espaço público pertence aos homens, os estereótipos em relação ao masculino e ao feminino “reforçam a tendência a que as decisões políticas sejam predominantemente uma tarefa de homens”, conforme dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal (1999, p.21). Assim, a sub-representação feminina expressa-se em todos os âmbitos da vida pública.

O referido documento examina a participação sociopolítica das mulheres no âmbito do Estado (poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), nos partidos políticos e em organismos de representação da sociedade civil, como sindicatos, associações profissionais e empresariais etc. Em relação aos sindicatos, indica-se que “a liderança sindical das mulheres é diferente por setores e reflete a feminização destes. Assim, é possível encontrar maior representação feminina nos sindicatos do setor de serviços e em alguns ramos industriais e de comércio” (p.82).

Dentre as centrais sindicais e sindicatos nacionais com maior presença de mulheres nas direções nacionais (dados de 1998), no âmbito da América Latina e Caribe, encontra-se a brasileira Central Única dos Trabalhadores – CUT<sup>1</sup> –, dividindo o quinto lugar com a Dominican Teacher’s Association. A cifra alcança 30%, número considerado mínimo para lograr algum grau de expressão das mulheres. Segundo o documento citado, o valor não é arbitrário, mas baseado na idéia de que “ao aumentar a representação de um grupo minoritário nas instituições políticas (partidos, congresso) para uma cifra próxima aos 30%, este adquire a capacidade de propor agendas e estabelecer alianças que lhes favoreçam” (Cepal, 1999, p. 18). Sobre a CUT, esclarece-nos Sartori (2001) que a política de cotas (30%) foi implementada a partir de 1995, atingindo primeiramente a participação feminina, mas depois dirigindo-se a qualquer um dos gêneros.

O autor apresenta mais uma informação que gostaria de reportar aqui:

Historicamente, em torno de 75% dos/as delegados/as nos congressos da CUT (Concut) são homens, o que nos levou a deduzir terem sido os homens militantes que majoritariamente votaram e decidiram em favor da política de cotas. (idem, p.226)

Ainda quanto à questão das cotas no Brasil, é preciso recordar ter sido a Lei n. 9.504/1997 que determinou a cota mínima de 30% e a máxima de 70%, para qualquer um dos sexos, no caso das eleições para Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital, embora o artigo 80 das disposições transitórias tenha definido, para as eleições de 1998, cota mínima de 25% e máxima de 75% (Brasil, 1997).

O que se percebe, então, é que nos últimos anos, uma das alternativas de política de ampliação da participação da mulher na sociedade tem sido a política de

---

1 Considerada, no documento em análise, a central de maior importância.

cotas de representação de gênero em cargos eletivos de diversos tipos. Se isso é expressão, por um lado, da desigualdade na relação entre gêneros, por outro, revela exatamente o reconhecimento dessa desigualdade, o que, por si só, já representa um avanço em relação a momentos anteriores.

Antes de passarmos para a realidade da representação masculina e feminina dentro do sindicato docente, vejamos alguns números sobre a composição de gênero da docência brasileira.

## NÚMEROS SOBRE SEXO E DOCÊNCIA NO BRASIL

Assim como em outros países, também no Brasil só muito recentemente os estudos sobre a profissão docente incorporaram a idéia de que essa não é uma profissão neutra, em termos de gênero (Bruschini, Amado, 1988; Gonçalves, Silva, 1998; Rosemberg, 2001; Rosemberg, Amado, 1992).

Numericamente, sabe-se que a presença feminina nas salas de aula é tanto maior quanto mais baixo o nível de ensino. Deste modo, quanto mais decresce o prestígio da ocupação – o que é acompanhado pelo decréscimo salarial – mais ela se feminiza. Aliás, alguns autores defendem que o caráter dúbio da ocupação docente – que não consegue alcançar os patamares das profissões liberais, ainda que não possa ser totalmente identificado ao trabalho proletarizado – está relacionado precisamente à feminização da categoria: “se uma característica das semiprofissões é que estão submetidas ao que se chama, não se sabe se descritiva ou pejorativamente, *feminização*, o ensino em seu conjunto assim parece sê-lo” (Guerrero Serón, 1996, p.193).

Como exemplos do fenômeno da feminização podemos apresentar alguns dados, tomando nosso país como referência. Bruschini e Amado (1988) revelam a participação feminina no magistério no Brasil, em 1980: no ensino pré-escolar a cifra é de 99%; de 1ª a 4ª série do ensino de 1º grau as mulheres representavam 96,2%; de 5ª a 8ª série do mesmo nível, 85,7%; no 2º grau, 70,4%. Considerando-se dados semelhantes, de 1999, relativos aos professores estaduais, temos as seguintes cifras: do pré-escolar à 4ª série do ensino fundamental, a presença de mulheres está na ordem de 97,4%; de 5ª a 8ª série, este percentual alcança os 80,6%; enquanto no ensino médio, as porcentagens chegam a 60,8% (Codo, 1999, p.63). Ao comparar esses dados, provenientes de fontes diferentes e separados por duas décadas, o que se destaca, além da óbvia majoritária presença feminina, é o aumento da participação masculina quanto mais aumenta o nível de ensino.

Poderíamos avançar examinando a proporção mulheres/homens na docência no ensino superior, em que a relação entre o prestígio da ocupação e as relações de gênero destacam-se por si. Nesse sentido, há mais docentes homens no ensino superior, bem como, há carreiras acadêmicas majoritariamente masculinas e outras majoritariamente femininas, conforme o prestígio destas carreiras. Sobre as relações de gênero, nesse nível de ensino, alguns estudos têm sido realizados, mas para efeitos dessa reflexão vou ater-me ao ensino básico<sup>2</sup>.

Na tabela 1, podemos observar os números totais de docentes do ensino básico do Brasil, por sexo, e esses mesmos dados especificados por dependência administrativa para 1997.

Pela leitura da tabela 1, e por informações referentes à média salarial dos docentes em cada dependência administrativa (Inep, 1999, p. 117), podemos destacar o que se segue. Primeiro, na dependência federal a maioria do professorado é do sexo masculino, o que se explica considerando que as escolas pertencentes a essa esfera são, principalmente, escolas de ensino técnico, o qual ainda é um "redu-to" de professores homens, bem como é a dependência de melhor média salarial do país. Por sua vez, as redes municipais, que se dedicam, como sabemos, em especial ao ensino fundamental, possuem a menor taxa de docentes do sexo masculino, sendo, também, a dependência com média salarial mais baixa. Excetuando a dependência federal das demais, observa-se que a rede privada, cuja média salarial é melhor do que a das redes municipais e estaduais, apresenta uma proporção maior de professores homens.

Se tomarmos por referência o ensino básico no Brasil em relação unicamente à dependência administrativa estadual, no caso do Rio Grande do Sul, estado que é nosso objeto de análise, esses números não são muito diferentes, como se pode ver na tabela 2.

Enfim, independentemente da fonte que se utilize, pode-se afirmar que o ensino básico, no Brasil, excetuando a rede federal, possui mais de 80% de docentes do sexo feminino. Com esses dados em mãos, caberia perguntar: essa superioridade numérica das mulheres na docência reflete-se na organização sindical? Vejamos quais são os resultados obtidos quando se aplica essa pergunta ao caso do CPERS/Sindicato.

---

2 Há uma série de trabalhos que se têm dedicado a esse tipo de análise. Para exemplos publicados bem recentemente, vejam-se os Anais do 23º Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología – Alas –, realizado na Guatemala, de 29 de outubro a de 2 de novembro de 2001.

TABELA 1  
NÚMERO DE DOCENTES POR SEXO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
ENSINO BÁSICO – BRASIL, 1997

Sexo	Total		Dependência Administrativa – Ensino Básico																	
			Federal				Estadual*				Municipal				Particular				Não informada	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Masculino	227.975	14,1	5.562	55,3	122.449	15,1	55.964	9,9	41.081	19,7	2.919	13,4								
Feminino	1.386.089	85,7	4.477	44,5	687.013	84,7	508.767	89,8	167.042	80,1	18.790	86,2								
Não Informado	3.547	0,2	20	0,2	1.444	0,2	1.545	0,3	455	0,2	83	0,4								
<b>Total</b>	<b>1.617.611</b>	<b>100,0</b>	<b>10.059</b>	<b>100,0</b>	<b>810.906</b>	<b>100,0</b>	<b>566.276</b>	<b>100,0</b>	<b>208.578</b>	<b>100,0</b>	<b>21.792</b>	<b>100,0</b>								

Fonte: adaptado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep (1999, tab. 6.1, p.97).

\*Dados semelhantes aos apresentados em Codo (1999, p.62), tendo como referência os professores do Brasil, na dependência administrativa estadual: os docentes do sexo masculino representam 17,6%, enquanto as mulheres docentes conformam a cifra de 82,4%.

TABELA 2  
NÚMERO DE DOCENTES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO  
PÚBLICO ESTADUAL, POR SEXO – RIO GRANDE DO SUL, 1997

Sexo	N	%
Masculino	7.164	12,8%
Feminino	48.851	87,1%
Não Informado	81	0,1%
Total	56.096	100,0%

Fonte: adaptado do Inep (1999, tab. 6.1, p. 97).

## GÊNERO E PARTICIPAÇÃO: O CASO DO CPERS/SINDICATO

Os docentes ligados ao sistema público estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul, que se ocupam do ensino fundamental e médio, são representados pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação, cuja sigla é CPERS/Sindicato. Esta é a atual denominação da Associação Civil “Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul”, transformada em Sindicato em 1989. Por sua vez, esta associação remonta ao Centro dos Professores Primários Estaduais, fundado em 21 de abril de 1945. Portanto, pode-se dizer que, na data de hoje, o CPERS/Sindicato possui 57 anos de existência, contando com 42 núcleos de caráter regional.

Nas últimas décadas essa entidade tem ativamente participado, tal como outras ligadas à organização do professorado brasileiro, das lutas dos movimentos sociais pela democratização da sociedade e melhoria de condições vida. A própria reivindicação da extensão do direito à sindicalização aos funcionários públicos fez parte destas lutas, assim como o direito a realizar eleições diretas para cargos dirigentes de escolas e universidades. Aliás, cabe lembrar que, nestes movimentos, o que se percebeu foi a consolidação de uma concepção sindical que identificava os docentes aos demais trabalhadores, elemento que pode ser visualizado, inclusive, na própria incorporação de outros “trabalhadores da educação” na base da categoria.

Assim, de acordo com o seu Estatuto, art. 3º, “poderão ser sócios do CPERS/Sindicato os professores, especialistas em educação e funcionários de

escola e dos demais órgãos do Sistema Estadual de Ensino que sejam servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul" (CPERS/Sindicato, 1994, p.2).

Durante seus mais de 50 anos de existência, o CPERS/Sindicato passou por várias modificações estatutárias, citarei algumas delas. Como já disse, em 1945, quando foi fundado, chamava-se Centro dos Professores Primários Estaduais. Em 1966 passou a ser chamado Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul. Mas foi em 1973, quando o nome foi alterado para Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, que aconteceu um fato significativo: a unificação dos professores do ensino primário com os do ensino médio. Ademais, em 1989 o CPERS agregou o Sindicato dos Trabalhadores em Educação e no ano seguinte incluiu os funcionários de escola. Por fim, a filiação à CUT ocorreu em 1996.

Em relação à unificação do professorado do ensino primário com o do ensino médio, embora não possua dados numéricos sobre o sexo dos professores filiados na época, levanto a hipótese de que, a partir dessa data, a entidade viu alterada sua base, quase que totalmente feminina, com o ingresso de docentes do sexo masculino, cujo número é maior no ensino médio.

Este fato, a meu ver, teve repercussões sobre a composição das diretorias da entidade.

Desde quando foi fundado, até a gestão aqui estudada (1999/2002), o CPERS/Sindicato teve 24 gestões. Cumpre dizer, embora esses aspectos não interfiram em meu raciocínio, que o número de anos de duração de cada gestão variou de período a período, bem como variaram o número de cargos e a sua denominação. Da mesma maneira, muitas vezes foi necessário alterar a composição das diretorias, pelos mais variados motivos. Essas modificações foram conjunturais ou resultaram de modificações estatutárias. Examinando-se, nesse caso, as nominatas para as referidas diretorias, em sua composição original, observa-se que, de 1945 a 1975, tivemos apenas um homem presidente do CPERS, eleito em 1960. Isto é: em quinze gestões da entidade, 14 tiveram por presidente uma mulher, e uma delas teve por presidente um homem.

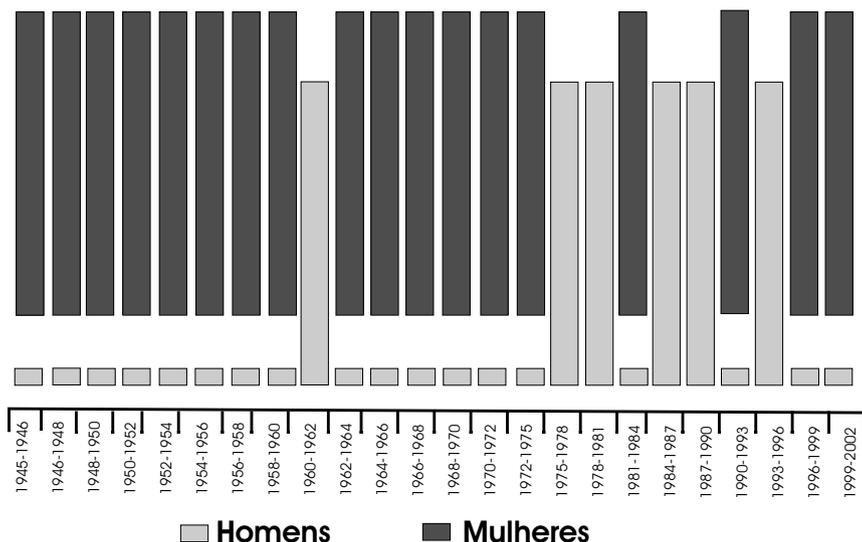
A primeira gestão, posterior à incorporação do professorado do ensino médio, ocorreu em 1975. Houve, então, nove gestões a partir daí, sendo cinco o número de homens e quatro o de mulheres que foram presidentes da entidade.

Podemos visualizar esse fenômeno no gráfico 1.

Para poder demonstrar melhor o que considero uma inversão da

proporcionalidade homens/mulheres na base da categoria em relação com as direções da entidade, apresento um gráfico e uma série de tabelas, tomando como amostra as duas últimas décadas<sup>3</sup>.

GRÁFICO I  
PRESENÇA DE HOMENS E MULHERES NA PRESIDÊNCIA  
DO CPERS/SINDICATO – 1945/2002



Fonte: elaboração própria a partir de informações do CPERS/Sindicato – Departamento de Processamento de Dados

Em primeiro lugar, para se ter uma idéia do número de filiados docentes, bem como sobre a filiação por sexo, podemos conferir a tabela 3, na qual se apresenta a filiação ocorrida nas duas últimas décadas. O que transparece neles é algo absolutamente de acordo com os números dos docentes do ensino básico da rede estadual: a filiação masculina ao CPERS/Sindicato corresponde, no período analisado, a 11,7%, enquanto a filiação feminina é da ordem de 88,3%.

3. A partir daqui, a articulação entre filiação segundo o sexo e representação nas direções do Sindicato será feita a contar de 1978, início da segunda presidência de Hermes Zaneti, já que os dados obtidos sobre filiação por sexo começam em 1979.

TABELA 3  
 NÚMERO DE DOCENTES FILIADOS AO CPERS/SINDICATO, POR SEXO,  
 SEGUNDO O ANO DE FILIAÇÃO – 1979/2000

Ano	Sexo dos docentes filiados ao CPERS				Total
	Masculino		Feminino		
	N	%	N	%	
1979	1.063	15,6	5.766	84,4	6.829
1980	1.280	14,4	7.597	85,6	8.877
1981	623	14,8	3.590	85,2	4.213
1982	257	14,5	1.515	85,5	1.772
1983	289	11,5	2.218	88,5	2.507
1984	693	12,5	4.867	87,5	5.560
1985	544	11,2	4.332	88,8	4.876
1986	184	13,2	1.205	86,8	1.389
1987	425	10,2	3.735	89,8	4.160
1988	198	8,3	2.177	91,7	2.375
1989	244	11,2	1.928	88,8	2.172
1990	378	6,9	5.093	93,1	5.471
1991	430	11,0	3.464	89,0	3.894
1992	234	12,2	1.687	87,8	1.921
1993	553	7,8	6.501	92,2	7.054
1994	247	10,6	2.082	89,4	2.329
1995	271	10,4	2.324	89,6	2.595
1996	253	12,5	1.769	87,5	2.022
1997	469	10,7	3.897	89,3	4.366
1998	129	9,6	1.209	90,4	1.338
1999	491	12,6	3.412	87,4	3.903
2000	384	13,1	2.553	86,9	2.937
<b>Total</b>	<b>9.639</b>	<b>11,7</b>	<b>72.921</b>	<b>88,3</b>	<b>82.560</b>

Fonte: elaboração própria a partir de informações coletadas no CPERS/Sindicato – Departamento de Processamento de Dados.

Já a tabela 4 revela como tem sido a participação de homens e mulheres nos cargos de direção do CPERS/Sindicato no mesmo período referido: quase a mesma proporção de mulheres e homens, tratando-se do total de cargos no período. O exame por gestão já mostra situações diferenciadas: há duas gestões, ao menos, nas quais os homens têm ampla maioria (1984-1987 e 1987-1990) e uma gestão em que a maioria está com as mulheres (1990-1993).

TABELA 4  
PRESENCAS FEMININA E MASCULINA NOS CARGOS QUE INTEGRAM A DIRETORIA DO  
CPERS/SINDICATO, SEGUNDO A GESTÃO – 1978/1999

Gestão	Sexo dos diretores do CPERS				Total [n. de cargos da diretoria]
	Mulheres		Homens		
	N	%	N	%	
1978/1981	5	55,6	4	44,4	9
1981/1984	4	44,4	5	55,6	9
1984/1987	4	36,4	7	63,6	11
1987/1990	4	36,4	7	63,6	11
1990/1993	10	77,0	3	23,0	13
1993/1996	7	53,8	6	46,2	13
1996/1999	8	53,3	7	46,7	15
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>52,0</b>	<b>39</b>	<b>48,0</b>	<b>81</b>

Fonte: elaboração própria a partir de informações coletados no CPERS/Sindicato.

Vejamos essa distribuição de homens e mulheres nas diretorias, tratando-se das 15 gestões anteriores a esse período. Em relação à totalidade dos cargos, tivemos 133 mulheres e... 4 homens! Aliás, cifra tão insignificante que nem merece a elaboração de um gráfico<sup>4</sup>.

4 A 16ª gestão, correspondente à primeira presidência de Hermes Zaneti, tinha nove cargos. Além do citado presidente, todas eram mulheres a ocupar os cargos restantes.

Mas o que efetivamente interessa é apresentar como se dá, entre homens e mulheres, a distribuição dos principais cargos de direção da entidade, ou seja, aqueles de maior prestígio e disputa. A tabela 5 e o quadro 1 descrevem a presença de homens e mulheres nos principais cargos de direção da entidade, isto é, Presidência e Secretaria-Geral no período 1978-1999. E o que encontramos é a preponderância masculina nesses cargos, especialmente na Secretaria-Geral. Se somarmos os números relativos a esses dois principais cargos, teremos 71% de homens e 29% de mulheres, tal como se pode ver na tabela 5.

TABELA 5  
PRESENCAS FEMININA E MASCULINA NA PRESIDÊNCIA E  
SECRETARIA-GERAL DO CPERS/SINDICATO – 1978/1999

Sexo	Total		Cargos na diretoria do CPERS			
			Presidência		Secretaria-Geral	
	N	%	N	%	N	%
Masculino	10	71	4	57	6	86
Feminino	4	29	3	43	1	14
Total	14	100	7	100	7	100

Fonte: elaboração própria a partir de informações coletadas no CPERS/Sindicato.

Em síntese, o que esses dados denotam pode ser resumido no seguinte. No caso do CPERS/Sindicato, que agrupa sindicalizadas/os e categoria-base formada majoritariamente por mulheres, a presença delas na diretoria da entidade não é reduzida, tal como se percebe em outras instâncias de representação da sociedade brasileira, inclusive sindicatos de outras ocupações. Apesar disso, em determinado período histórico, os homens ocuparam lugares, na direção do CPERS/Sindicato, que antes eram ocupados por mulheres, especificamente os espaços de maior poder de mando e de prestígio. Sobre isso, afirma Louro:

Se é notório que a presença feminina é maciça e muitas vezes ruidosa nas assembleias e manifestações públicas, os microfones são, contudo, mais freqüentemente ocupados pelos homens. Também são eles, muitas vezes, preferidos, pela grande massa feminina, para os cargos de coordenação das entidades. (2001, p.477)

QUADRO I  
PRESENCAS FEMININA E MASCULINA NA  
PRESIDÊNCIA E SECRETARIA-GERAL, POR GESTÃO – 1978/1999

Gestão	Sexo de diretores do CPERS	
	Presidência	Secretaria-geral
1978/1981	Homem	Homem
1981/1984	Mulher	Homem
1984/1987	Homem	Homem
1987/1990	Homem	Homem
1990/1993	Mulher	Mulher
1993/1996	Homem	Homem
1996/1999	Mulher	Homem

Fonte: elaboração própria a partir de informações coletadas no CPERS/Sindicato.

Neste caso seria possível fazer mais simulações, mas o fundamental é verificar que outras explicações podem ser dadas para esse fenômeno, além daquelas mais evidentes, de fundo mais aritmético, como o aumento de homens na base do sindicato, a partir de 1973.

## CONCLUSÕES

Para tanto, poderíamos rever a contribuição de pessoas que têm analisado o assunto, com o propósito de levantar algumas hipóteses a serem examinadas em ocasião futura.

Ao estudar as modificações pelas quais a identidade coletiva docente tem passado, tomando como referência a trajetória realizada pela Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – Apeoesp –, Vianna (1996) colabora para a compreensão do problema a que cheguei mediante a visualização do feminino/masculino no CPERS/Sindicato.

No caso estudado pela autora, a maioria no sindicato e na base da categoria é formada por mulheres<sup>5</sup>. Entretanto, ela parte da idéia de que a organização ope-

5 Vianna não faz comentários sobre a proporção de mulheres/homens nos cargos principais da entidade.

rária é sustentada por um “modelo universalista de marca masculina” (Vianna, 1996, p.83), que poderia contribuir para que, independentemente do sexo do ativista sindical, o estilo de fazer política seja masculino<sup>6</sup>.

Isso, por outro lado, teria conseqüências sobre a agenda do sindicato e suas pautas de reivindicação. Vianna argumenta que as docentes de hoje, maioria na ocupação, jovens e sem participação em momentos históricos das lutas da categoria, apresentam um perfil diferenciado daquele que é a imagem da docência para o sindicato, isto é, a imagem militante adquirida a partir das referidas lutas. Assim, caberia perguntar se as reivindicações e formas de fazer política atingiriam os interesses dessas mulheres, ou seja, se o sindicato estaria tendo condições de acompanhar as (prováveis) modificações na identidade docente.

Nesse sentido, Ferreira (2001) constatou que a agenda sindical docente, para as/os sindicalistas do CPERS/Sindicato, tem como centralidade a questão salarial e a carreira, considerando o processo de pauperização e perda de *status* da categoria. Aspectos relativos à qualidade do trabalho são secundarizados, bem como não se discute se a representação do trabalho como feminino interfere na perda de *status* e de salário.

Ainda, sobre a militância sindical entre o professorado, podemos aproveitar as idéias de Sartori, para quem as mulheres que ousaram disputar poder político no meio sindical tiveram que assimilar a dinâmica masculina de poder, entendendo por isso, vale a pena destacar, que “masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis respectivamente a homens e mulheres, mas são metáforas de poder e de capacidade de ação e, como tal, acessíveis a homens e mulheres” (Almeida, apud Sartori, 2001, p.224).

Daí pode-se indagar se a procura de mulheres e homens por determinados cargos nos sindicatos direciona-se de acordo com o que indica Sartori, no âmbito de sua pesquisa sobre relações de gênero no movimento sindical ligado à CUT em Florianópolis:

...um pouco mais de um terço das mulheres estavam atuando nas áreas de formação sindical e de cultura, enquanto os cargos de “maior prestígio” no grupo (presidência, coordenação, secretaria-geral, política sindical) eram ocupados pelos homens...

---

6 O que não invalida a idéia apresentada em outro texto seu, segundo o qual “professores e professoras afirmam a importância de valores femininos e masculinos, indicando pistas para a recomposição da identidade coletiva, para além do predomínio de um único modelo de ação coletiva, bem como de masculinidade e feminilidade” (Vianna, 1999, p.200).

Dizendo de outro modo, quando os cursos e seminários oferecidos são ligados à área da formação, educação, ou organização – principalmente os que estão ligados à Formação Sindical e atividades relacionadas às discussões sobre relações de gênero –, as mulheres, muitas vezes, constituem a maioria. Por outro lado, quando são atividades caracterizadas como “típicas de direção” (plenárias ou seminários, para discutir teses dos congressos, por exemplo) os homens são maioria. (Almeida apud Sartori, 2001, p.230)

Alves (1999) chega a achados semelhantes ao analisar a participação da mulher na Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes-SN (Sindicato). Nesse nível de ensino, em que as mulheres não são maioria, a porcentagem de mulheres alcança a cifra de 40,8% dos filiados ao sindicato, enquanto 37,2% pertencem a diretorias de seções sindicais<sup>7</sup>. Por fim, 34,7% das 49 seções sindicais possuem mulheres na condição de presidente.

Os números consideráveis, maiores do que estipula a política de cotas e, nesse caso, proporcionais à presença das mulheres na base do sindicato. Mas o autor também destaca que existe um tipo masculino e outro feminino de participação, sendo que as mulheres abstêm-se de expor em plenárias, porque o domínio da linguagem na prática política é dos homens. Apóia-se em Mary Castro para concluir que “o conhecimento político, a experiência e a linguagem convencional são parte de uma tecnologia de poder que, se não dominada, pode excluir as mulheres do aparato decisório do sindicato” (Alves, 1999, p.102).

De fato, é preciso lembrar que as mulheres têm há séculos sido representadas/definidas predominantemente por sua posição de “cuidadoras”; por fenômeno semelhante – em termos de representação – passam os homens, como aqueles que sempre devem ocupar os espaços.

Não gostaria, nesse sentido, de vitimizar as mulheres nesses processos. É verdade que reivindicações de acordo com a diferença de gênero das mulheres só serão alcançadas pelo questionamento da noção de sujeito universal que, em última análise, é o sujeito masculino. Mas isso não significa assumir o “lugar” dos homens. É preciso que haja a possibilidade de serem utilizados outros estilos – femininos? – de lidar com determinados processos.

A esse respeito já se pronunciaram Ozga e Lawn, num texto clássico sobre a proletarianização do trabalho docente:

---

7 Equivalentes a associações docentes por instituição de ensino superior.

Existe evidência crescente de que as professoras mulheres interpretam seu trabalho e carreiras de forma diferente dos homens, e têm diferentes critérios de sucesso [...] Ativistas sindicais femininas vêem seu propósito no sindicato de forma diferente dos homens, vendo a si mesmas como defendendo uma ética de serviço e apoiando e protegendo colegas contra a administração. (1991, p.154)

Certamente, as problematizações apresentadas neste artigo mereceriam maiores aprofundamentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. S. de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Unesp, 1998.
- ALVES, J. E. D. A Participação da mulher na Andes-SN. *Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 18, p.96-102, mar. 1999.
- APPLE, M. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 60, p. 3-14, fev. 1987.
- BRASIL. Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º out. 1997. Seção 1, p.21808.
- BRUSCHINI, C. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher no Brasil e nas regiões Nordeste e Sudeste na década de oitenta. In: LIGOCKI, M. S. L.; LIBARDONI, M. (coords.) *Discriminação positiva, ações afirmativas: em busca da igualdade*. 2. ed. São Paulo: CFEMEA/Elas, 1996. p.87-118.
- BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, p.4-13, fev. 1988.
- CODO, W. (coord.). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes; Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília, 1999.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Participación, liderazgo y equidad de género en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Cepal, 1999. (mimeo).
- COSTA, M. V. O Magistério e a política cultural de representação e identidade. In: BICUDO, M. A.; SILVA JR., C. (orgs.) *Formação do educador e avaliação educacional*. São Paulo: Unesp, 1999. v. 3, p.117-136.
- CPERS-SINDICATO. *50 anos: compromisso com a cidadania plena*. Porto Alegre: Tchê!, 1995.

\_\_\_\_\_. *Estatuto social*. Porto Alegre: CPERS/Sindicato, 1994.

DEMARTINI, Z. B. F.; ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, p.5-14, ago. 1993.

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. A. Ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 4, p.41-61, 1991.

FERREIRA, M. O. V. Entre a “proletarização” e a “profissionalização” da categoria docente: o caso dos docentes de escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGÍA – Alas, 23 Guatemala, 2001. *Anais do...*(CD-ROM)

GONÇALVES, L. A.; SILVA, P. *O Jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GUERRERO SERÓN, A. La Profesión docente: asociacionismo y feminización. In: \_\_\_\_\_. *Manual de sociología de la educación*. Madrid: Síntesis, 1996. p.193-207.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Censo do professor 1997: perfil dos docentes da educação básica*. Brasília: Inep, 1999.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; CNTE, 1998.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Unesp; Contexto, 2001. p.443-481.

MORGAGE, G. *Dinâmicas de gênero en los discursos constitutivos de la gestión de las escuelas argentinas*. Caxambu, 1998. [Trabalho apresentado na 21ª Reunião Anual da ANPed], disquete.

NÓVOA, A. (org.) *Profissão professor*. 2. ed. Porto: Porto, 1995.

OZGA, J.; LAWN, M. O Trabalho docente: interpretando o processo de trabalho do ensino. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 4, p.140-158, 1991.

ROSEMBERG, F. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p.47-68, jan./jun. 2001.

ROSEMBERG, F.; AMADO, T. Mulheres na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 80, p.62-74, fev. 1992.

SARTORI, A. J. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: BRUSCHINI, C.; PINTO, C. R. (org.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2001. p.216-239.

VIANNA, C. Magistério paulista e transição democrática: gênero, identidade coletiva e organização docente. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 3, p.75-85, set./dez. 1996.

\_\_\_\_\_. *Os Nós do "nós": crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.

Recebido em: agosto 2002

Aprovado para publicação em: março 2004